

Governo autoriza “tarifaço” na energia

O governo permitiu um “tarifaço” nos preços da energia elétrica no mesmo dia em que a URV entrou em vigor e não explicou a razão dos aumentos, apesar de ter garantido sempre, nos últimos meses, que os preços públicos estão alinhados e não precisam subir acima da inflação. As tarifas de energia elétrica estão 43,24% mais caras, em média, desde a terça-feira. O aumento deixou preocupados assessores do Ministério da Fazenda, que não tinham conhecimento dos índices.



A divulgação dos novos índices de reajuste das tarifas foi sistematicamente negada à imprensa pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) desde a segunda-feira. As concessionárias estaduais de energia têm hoje autonomia para fixar seus aumentos, mas devem submetê-los antes ao DNAEE, que pode pedir mudanças se julgar os reajustes exagerados. Nenhum funcionário do ANAEE foi encontrado ontem para explicar o

tarifaço.

A determinação de não divulgar os aumentos na terça-feira partiu, segundo um funcionário do Ministério de Minas e Energia, do assessor especial do Ministério da Fazenda, José Milton Dallari. O temor da área econômica, segundo esse funcionário, era de que a população reagisse mal aos elevados índices de reajuste, justo no momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciava uma conversão de salários que ignora inflação passada.

O ministro da Fazenda chegou a anunciar, no final de dezembro, que as tarifas públicas estavam alinhadas e os preços públicos poderiam ter reajustes até abaixo da inflação nos meses seguintes. Os aumentos de energia são diferentes para cada estado — alguns ficam abaixo da inflação de fevereiro, mas outros a superam de muito. O menor índice de aumento foi da Companhia de Eletricidade do Pará, de 36,82%, enquanto que a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), do Rio Grande do Sul, reajustou suas tarifas em 56,6%.